

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

Apresentamos o relatório de Administração do Banco Semear referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhado das respectivas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes, em conformidade com a legislação vigente.

O Semear, Banco múltiplo, de capital privado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física, pessoa jurídica e serviços.

Apesar do ambiente de incertezas no âmbito político e econômico apresentado em 2016, a Instituição teve um desempenho positivo no exercício, reflexo de estratégia adotada desde o 2º semestre de 2015, com a desconcentração de negócios e operações, mudança no perfil na concessão de crédito, adequação da captação, ajustes administrativos e operacionais.

O Banco obteve crescimento expressivo de seus índices em relação ao mesmo

período de 2015, com aumento de 87,9% no resultado de intermediação, totalizando R\$ 83,9 milhões e aumento de 10,4% na carteira de crédito, totalizando uma carteira de R\$ 601 milhões.

Nos segmentos de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais, que responde atualmente por pouco mais de 50% da carteira de crédito total, porém com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, atua junto a empresas de pequeno e médio porte com operações prioritariamente de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, inclusive de cartões. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas, e

especial travas de domicílios bancários.

Adicionalmente vem ampliando seu portfólio de serviços, com distribuição de seguros, cartões e aquisição, aproveitando-se da sinergia entre seus negócios.

A carteira de crédito Pessoa Física, representa 47,5% da carteira total, sendo 40,6% de Crédito Direto ao Consumidor e 5,8% de Empréstimo Pessoal, os demais 52,5% da carteira total estão distribuídos na carteira de Pessoa Jurídica (26,5% destes) e Aquisição de Recebíveis (26,0% destes).

Destacamos também a melhora nos índices de provisão de crédito, com redução de 1,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo o índice de provisão de 9,8% em 2016 e 11,7% em 2015, o que reforça a estratégia da Instituição na mudança de perfil na concessão de crédito.

Em relação ao *funding*, destacamos o crescimento na ordem de 22,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando uma carteira de depósitos a prazo de R\$ 666 milhões, pulverizadas em mais de 5 mil clientes investidores, que inclui correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de

liquidez alongados, que variam entre 1 a 3 anos. Os CDB's continuam sendo a principal fonte de captação, representando 95,2% da carteira.

Neste contexto obteve lucro líquido acumulado no período de R\$ 9,0 milhões, oriundo de resultado operacional de R\$ 16,9 milhões, patrimônio líquido alcançou R\$ 104,1 milhões, o índice de Basileia apurado foi de 13,3%, mantendo-se estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.

Os resultados alcançados neste exercício refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com ampliação do portfólio, mitigação de riscos e diversificação dos negócios, com a devida adequação ao contexto de mercado. A Instituição mantém suas ações voltadas para fortalecimento da governança, gestão e controle tempestivos, na busca contínua do equilíbrio entre eficiência, qualidade, rentabilidade e sustentabilidade.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança. A Administração.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		572.456	486.438
<b>Disponibilidades</b>	4	597	2.296
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5	323	25.336
Aplicações no mercado aberto		-	25.014
Aplicações em depósitos interfinanceiros		323	322
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	73.132	10.994
Carteira própria		73.132	10.994
<b>Relações interfinanceiras</b>		123	114
Depósitos no Banco Central		123	114
Correspondentes		-	1
<b>Operações de crédito</b>	7	374.113	356.930
Setor privado		424.802	417.295
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(50.689)	(60.365)
<b>Outros créditos</b>	9	105.636	84.911
<b>Outros valores e bens</b>	10	18.532	5.856
<b>Não circulante</b>		264.462	228.778
<b>Realizável a longo prazo</b>		262.956	226.998
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5	78.055	14.508
Aplicações no mercado aberto		78.055	14.508
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	-	53.322
Carteira própria		-	53.322
<b>Operações de crédito</b>	7	18.920	23.889
Setor privado		21.483	26.426
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.563)	(2.537)
<b>Outros créditos</b>	9	162.584	133.125
<b>Outros valores e bens</b>	10	3.397	2.154
<b>Permanente</b>		1.506	1.780
Investimentos		69	74
Imobilizado de uso		648	881
Intangível		789	825
<b>Total do ativo</b>		<b>836.918</b>	<b>715.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		236.899	251.907
<b>Depósitos</b>	11	218.084	224.878
Depósitos à vista		8.498	7.073
Depósitos interfinanceiros		-	4.007
Depósitos a prazo		209.586	213.798
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	12	7.983	5.335
<b>Relações interfinanceiras</b>		1	1
<b>Outras obrigações</b>	13	10.420	21.658
<b>Receitas antecipadas</b>		411	35
<b>Não circulante</b>		495.150	371.728
<b>Depósitos</b>	11	456.443	331.364
Depósitos a prazo		456.443	331.364
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	12	11.605	17.595
<b>Outras obrigações</b>	13	25.331	22.575
<b>Receitas antecipadas</b>		1.771	194
<b>Patrimônio líquido</b>	14	104.869	91.581
Capital social		127.036	122.786
Prejuízos acumulados		(22.167)	(31.205)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>836.918</b>	<b>715.216</b>

**Demonstrações de resultados - Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)**

	Nota	Semestre findo em 2016	2016	2015
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	16	128.958	246.713	190.922
Operações de crédito		104.279	201.136	170.633
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		9.744	18.020	14.520
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		14.935	27.557	5.769
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	16	(77.665)	(162.829)	(146.288)
Operações de captação no mercado		(52.118)	(99.533)	(75.054)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(25.547)	(63.296)	(71.234)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		51.293	83.884	44.634
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	17	(39.357)	(67.000)	(49.170)
Receitas de prestação de serviços		1.267	6.183	4.822
Rendas de tarifas bancárias		4.267	8.819	6.902
Despesas de pessoal		(6.416)	(12.245)	(10.431)
Outras despesas administrativas		(38.423)	(72.423)	(56.651)
Despesas tributárias		(5.143)	(9.793)	(7.496)
Resultado de participações em coligadas e controladas		(4)	(5)	(19)
Outras receitas (despesas) operacionais		5.095	12.464	13.703
<b>Resultado operacional</b>		11.936	16.884	(4.536)
<b>Resultado não operacional</b>		(523)	(1.907)	(657)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações</b>		11.413	14.977	(5.193)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	18	1.743	(375)	(6.441)
Passivo fiscal diferido	18	(123)	(210)	(288)
Ativo fiscal diferido	9 e 18	(4.744)	(4.559)	18.623
		(758)	(5.144)	11.894
Participações estatutárias no lucro		(124)	(795)	(648)
<b>Resultado dos serviços/exercícios</b>		7.531	9.038	6.053
<b>Resultado líquido por lote de mil ações - R\$</b>		0,09	0,11	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>119.896</b>	<b>(32.258)</b>	<b>87.638</b>
Aumento de capital	2.890	-	2.890
Resultado do exercício	-	6.053	6.053
Juros sobre o capital próprio	-	(5.000)	(5.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>122.786</b>	<b>(31.205)</b>	<b>91.581</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>122.786</b>	<b>(31.205)</b>	<b>91.581</b>
Aumento de capital	4.250	-	4.250
Resultado do exercício	-	9.038	9.038
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>127.036</b>	<b>(22.167)</b>	<b>104.869</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>127.036</b>	<b>(29.698)</b>	<b>97.338</b>
Resultado do semestre	-	7.531	7.531
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>127.036</b>	<b>(22.167)</b>	<b>104.869</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de Reais)**

	Semestre findo em 2016	2016	2015
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>			
Resultado do semestre/exercícios	7.531	9.038	6.053
Ajustes do resultado do semestre (exercício) com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	293	578	562
Ajuste em Investimento coligada e controlada	4	5	19
Provisão para devedores duvidosos	25.547	63.296	71.234
Provisão bens retomados - com pendência em cartórios	4.637	4.637	-
Provisão para créditos cedidos com cobragências	(2)	(8)	(386)
Prov. para outros créditos com característica de concessão de crédito	1.252	5.433	700
Provisão para devedores por compra de valores e bens	1	1	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	123	210	(288)
Provisão para pagamentos a efetuar	(58)	(406)	4.487
Provisão para passivos contingentes	(125)	152	3.429
Provisão para perdas em outros valores e bens	-	(1.355)	408
Provisão para créditos tributários	4.744	4.559	(18.623)
	36.416	77.102	61.542
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(62.075)	(38.534)	15.237
Títulos e valores mobiliários	(4.066)	(8.816)	(32.237)
Operações de créditos	(77.017)	(75.510)	(138.135)
Outros créditos	(35.269)	(64.813)	(99.753)
Outros valores e bens	(10.062)	(12.565)	(4.573)
Relações interfinanceiras e interdependência	586	(8)	11
	(187.903)	(200.246)	(259.560)
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	112.971	118.285	151.200
Recursos de aceites e emissão de títulos	(3.062)	(3.342)	10.361
Relações interfinanceiras	(172)	-	1
Outras obrigações	315	(4.180)	3.000
Variação nas receitas antecipadas	1.973	1.953	(93)
	112.025	112.716	164.469
<b>Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais</b>	<b>(31.931)</b>	<b>(1.390)</b>	<b>(27.496)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Ajuste no Investimento	-	(1)	2
Aquisição no imobilizado de uso	(26)	(37)	(418)
Aquisição no intangível	(136)	(271)	(157)
	(162)	(309)	(573)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>(32.093)</b>	<b>(1.699)</b>	<b>(28.069)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	-	-	2.890
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(32.093)</b>	<b>(1.699)</b>	<b>(25.179)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios</b>	<b>32.690</b>	<b>2.296</b>	<b>27.475</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios</b>	<b>597</b>	<b>597</b>	<b>2.296</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes</b>	<b>(32.093)</b>	<b>(1.699)</b>	<b>(25.179)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)**

**1 Contexto operacional**

O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, de capital privado, fundado em 2006, com atuação em todo o território brasileiro. Situado em Belo Horizonte, possui atuação em todo o território brasileiro, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos Pessoa Física e Jurídica, buscando sinergia e oportunidades nas operações através de cross selling.

**Negócios**

• Pessoa Física: Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos.

• Pessoa Jurídica: Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões.

• Serviços: Investimentos, aquisição, cartões e intermediação de seguros.

**2 Base de preparação**

**Declaração de conformidade**

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de abril de 2017.

**Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das demonstrações são reconhecidas prospectivamente.

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

**• Nota explicativa 17 -** receita de comissão: determinação se a Instituição atua como agente na transação ou como principal.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**• Nota explicativa 8 -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

**• Notas explicativas 7 -** critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.

**• Notas explicativas 13 -** reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

**Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

**• Resolução nº 3.566/08 -** Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).

**• Resolução nº 3.604/08 -** Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).

**• Resolução nº 3.750/09 -** Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).

**• Resolução nº 3.823/09 -** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

**• Resolução nº 3.973/11 -** Evento Subsequente (CPC 24).

**• Resolução nº 3.989/11 -** Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).

**• Resolução nº 4.007/11 -** Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).

**• Resolução nº 4.144/12 -** Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).

**• Resolução nº 4.424/15 -** Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco.

**3 Principais critérios contábeis adotados**

**a. Apuração de resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme Resolução nº 3.604/2008, do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

**q. Eventos subsequentes**  
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser autorizados a emissão:

- os que referem a condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);
- os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

Sua composição pode ser assim sintetizada:

	31.12.2016	31.12.2015
Reservas livres	597	2.296
Disponibilidades	597	2.296
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>597</b>	<b>2.296</b>

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>78.055</b>	<b>39.522</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	58.040	14.508
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	-	25.014
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	20.015	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>323</b>	<b>322</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros* (CDI)	323	322
<b>Total</b>	<b>78.378</b>	<b>39.844</b>
Total - Circulante	323	25.336
Não circulante	78.055	14.508
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>78.055</b>	<b>39.522</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	58.040	14.508
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	-	25.014
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	20.015	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>323</b>	<b>322</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros* (CDI)	323	322
<b>Total</b>	<b>78.378</b>	<b>39.844</b>
Total - Circulante	323	25.336
Não circulante	78.055	14.508

(\* Os certificados de Depósitos Interfinanceiros possuem os respectivos vencimentos:

	31.12.2016	31.12.2015
Certificados de Depósitos Interfinanceiros após 90 dias	323	322
	323	322

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém acordo, para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com

**a. Classificação da carteira, por tipo de produto**

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Produtos</b>		
Títulos descontados	152.211	121.711
Adiant. depositante	20	29
Conta garantida	223	562
Crédito pessoal	48.255	42.638
Financiamento imobiliário	1.113	-
Crédito Direto ao Consumidor	244.333	278.781
Total de operação de crédito	446.285	443.721
Circulante	424.802	417.295
Não circulante	21.483	26.426
	446.285	443.721

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Cartão de crédito pós pago</b>		
Aquisição de crédito - Recebíveis de Cartões de créditos (i)	41.618	27.958
Aquisição de cred. - Recebíveis de financiamentos imobiliários (ii)	113.512	73.086
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	155.131	101.046
Circulante	55.163	36.335
Não circulante	99.968	64.711
	155.131	101.046
Total	601.416	544.767
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.252)	(62.902)
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	(5.863)	(760)
Total	542.301	481.105

(i) O saldo de R\$ 8.800 (R\$ 18.990 em 2015) da carteira de recebíveis de cartões de créditos foram adquiridos sem coobrigação com instituição ligada.  
(ii) O Saldo de R\$ 112.017 (R\$ 78.088 em 2015) da carteira de aquisição de créditos recebíveis de financiamentos imobiliários foram adquiridos sem coobrigação com instituição ligada.

**b. Classificação da carteira por risco de crédito**

	31.12.2016		31.12.2015		
Níveis de Risco	% do Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	435.182	(2.176)	357.063	(1.785)
B	1,0%	52.758	(527)	67.960	(679)
C	3%	29.233	(877)	34.590	(1.038)
D	10%	19.459	(1.946)	12.734	(1.273)
E	30%	8.731	(2.619)	10.101	(3.030)
F	50%	7.075	(3.538)	8.545	(4.273)
G	70%	5.151	(3.605)	7.301	(5.111)
H	100%	43.827	(43.827)	46.473	(46.473)
<b>Totais</b>		<b>601.416</b>	<b>(59.115)</b>	<b>544.767</b>	<b>(63.662)</b>
Circulante		479.965	(52.081)	453.630	(60.673)
Não Circulante		121.451	(7.034)	91.137	(2.989)
<b>Total</b>		<b>601.416</b>	<b>(59.115)</b>	<b>544.767</b>	<b>(63.662)</b>

O Banco utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando as operações em crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a operação de dobro dos prazos referidos no inciso I do art. 36, retencionando, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco. O montante total das operações que utilizaram a contagem em dobro monta a R\$2.963, com provisão de R\$16 em 31 de dezembro de 2016 (R\$139, com provisão de R\$3, em 31 de dezembro de 2015). A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está composta por:

**c. Carteira por atividade econômica**

	31.12.2016		31.12.2015	
Atividade econômica	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Indústria	33.164	6%	12.825	17%
Comércio	64.306	11%	20.354	2%
Serviços	68.696	11%	118.737	13%
Pessoa física	435.250	72%	392.851	84%
<b>Totais</b>	<b>601.416</b>	<b>100%</b>	<b>544.767</b>	<b>100%</b>

**d. Carteira por prazo**

	31.12.2016		31.12.2015	
Prazos de vencimento	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	52.692	9%	68.422	12%
A vencer até 30 dias	44.039	7%	106.935	14%
A vencer de 31 a 60 dias	191.059	32%	61.044	14%
A vencer de 61 a 90 dias	44.529	7%	54.361	11%
A vencer de 91 a 180 dias	83.805	14%	98.202	23%
A vencer de 181 a 360 dias	63.842	11%	64.666	17%
A vencer após 360 dias	121.450	20%	91.137	9%
<b>Totais</b>	<b>601.416</b>	<b>100%</b>	<b>544.767</b>	<b>100%</b>

**e. Composição de créditos com característica de concessão de créditos**

(I) Aquisições de crédito com instituição não ligadas  
Neste exercício, foi realizada a aquisição de créditos, sem coobrigação, com pessoas jurídicas não integrantes do SFN e não ligadas, no montante acumulado no exercício de R\$412.284 (R\$39.858 em 2015). Os contratos, objeto das aquisições realizadas, referem-se a operações de recebíveis de cartões de crédito e encontram-se registrados em "Outros Créditos", Nota Explicativa nº 9, e pode ser sumariada da seguinte forma:

	31.12.2016			31.12.2015		
Aquisição de créditos :	Valor da cessão	Valor futuro	Rendas a apropriar	Valor da cessão	Valor futuro	Rendas a apropriar
INSTIT. NÃO INTEGRANTES DO SFN - NÃO LIGADAS						
Sem Coobrigação - Recebíveis de Cartão de crédito	412.284	420.095	7.811	39.858	41.323	(1.465)
Sem Coobrigação - Recebíveis de Crédito Imobiliário	1.653	1.653	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>413.937</b>	<b>421.748</b>	<b>7.811</b>	<b>39.858</b>	<b>41.323</b>	<b>(1.465)</b>

instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro podem ser assim sumariadas:

	31.12.2016	31.12.2015
Posição ativa:	323	322
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	323	322

As aplicações interfinanceiras são mantidas com instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão representados por títulos públicos federais (99,59% da carteira) e por Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) (0,41% da carteira).

**6 Títulos e valores mobiliários**  
São representados, essencialmente, por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras do Tesouro Nacional (LFTNs). Em função do enquadramento do Banco à Circular nº 3.068/2001, as LFTs as NTNs e LFTNs são classificadas como "Títulos disponíveis para negociação", sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração do resultado. Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários estão apresentados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Os títulos e os valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Títulos de renda fixa</b>		
Carteira própria - Livres:	73.132	64.316
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	60.553	41.320
Notas do Tesouro Nacional (LFTN)	-	10.994
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	12.579	12.002
Total	73.132	64.316
Circulante	73.132	10.994
Não circulante	-	53.322
Total	73.132	64.316

Classificação por tipo de papel e vencimentos:

Papel	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de mercado/contábil	Aquisição de custo/ atualizado
Letras Financ. do Tesouro - LFT	-	-	-	60.553	-	60.553	60.553
Notas do Tesouro Nacional - LFTN	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.579	-	-	-	12.579	12.579	12.579
<b>Total em</b>	<b>12.579</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.553</b>	<b>-</b>	<b>73.132</b>	<b>73.132</b>
<b>Total em 31.12.2016</b>	<b>12.579</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>60.553</b>	<b>-</b>	<b>73.132</b>	<b>73.132</b>
<b>Total em 31.12.2015</b>	<b>10.994</b>	<b>-</b>	<b>12.002</b>	<b>41.320</b>	<b>-</b>	<b>64.316</b>	<b>64.316</b>

Os títulos e valores mobiliários são mantidos com instituições financeiras de reconhecida liquidez no mercado financeiro, e estão representados por 100% por títulos públicos federais.

**7 Operações de crédito**

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas e, de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2016		31.12.2015		
Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
152.211	25%	121.711	22%		
20	-	29	-		
223	-	562	-		
48.255	8%	42.638	8%		
1.113	-	-	-		
244.333	41%	278.781	51%		
446.285	100%	443.721	100%		
424.802	100%	417.295	100%		
21.483	-	26.426	-		
446.285	-	443.721	-		

	31.12.2016	31.12.2015
1	-	-
41.618	7%	27.958
113.512	19%	73.086
155.131	100%	101.046
55.163	36.335	64.711
99.968	64.711	101.046
155.131	100%	544.767
601.416	100%	544.767
(53.252)	(62.902)	
(5.863)	(760)	
542.301	481.105	

(i) O saldo de R\$ 8.800 (R\$ 18.990 em 2015) da carteira de recebíveis de cartões de créditos foram adquiridos sem coobrigação com instituição ligada.  
(ii) O Saldo de R\$ 112.017 (R\$ 78.088 em 2015) da carteira de aquisição de créditos recebíveis de financiamentos imobiliários foram adquiridos sem coobrigação com instituição ligada.

**b. Classificação da carteira por risco de crédito**

	31.12.2016		31.12.2015		
Níveis de Risco	% do Risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	435.182	(2.176)	357.063	(1.785)
B	1,0%	52.758	(527)	67.960	(679)
C	3%	29.233	(877)	34.590	(1.038)
D	10%	19.459	(1.946)	12.734	(1.273)
E	30%	8.731	(2.619)	10.101	(3.030)
F	50%	7.075	(3.538)	8.545	(4.273)
G	70%	5.151	(3.605)	7.301	(5.111)
H	100%	43.827	(43.827)	46.473	(46.473)
<b>Totais</b>		<b>601.416</b>	<b>(59.115)</b>	<b>544.767</b>	<b>(63.662)</b>
Circulante		479.965	(52.081)	453.630	(60.673)
Não Circulante		121.451	(7.034)	91.137	(2.989)
<b>Total</b>		<b>601.416</b>	<b>(59.115)</b>	<b>544.767</b>	<b>(63.662)</b>

O Banco utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando as operações em crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a operação de dobro dos prazos referidos no inciso I do art. 36, retencionando, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco. O montante total das operações que utilizaram a contagem em dobro monta a R\$2.963, com provisão de R\$16 em 31 de dezembro de 2016 (R\$139, com provisão de R\$3, em 31 de dezembro de 2015). A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está composta por:

**c. Carteira por atividade econômica**

	31.12.2016		31.12.2015	
Atividade econômica	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Indústria	33.164	6%	12.825	17%
Comércio	64.306	11%	20.354	2%
Serviços	68.696	11%	118.737	13%
Pessoa física	435.250	72%	392.851	84%
<b>Totais</b>	<b>601.416</b>	<b>100%</b>	<b>544.767</b>	<b>100%</b>

**d. Carteira por prazo**

	31.12.2016		31.12.2015	
Prazos de vencimento	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	52.692	9%	68.422	12%

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 71% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (58% em 2015), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas conforme classificação abaixo:

Depósitos a prazo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
De pessoas ligadas	671	1.781	5.600	7.583	-	15.635
De pessoas físicas	3.203	11.028	26.881	26.469	36	67.617
De pessoas jurídicas	1.684	1.239	43.862	13.048	-	59.833
De institucionais	34.924	153.766	295.955	6.681	-	491.326
Sem certificado - RDB	251	1.039	2.004	1.035	-	4.329
De institucionais com garantia esp. FGC	-	-	27.289	-	-	27.289
Total em 31/12/2016	40.733	168.853	401.591	54.816	36	666.029
Total em 31/12/2015	28.533	185.265	266.573	64.759	32	545.162

**12 Recursos de aceites e emissão de títulos**

O saldo da conta "Recursos de aceites e emissão de títulos", no Circulante e no Não Circulante, está segregado por:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
De pessoas ligadas	-	244	-	-
De pessoas físicas	470	340	4.069	224
De institucionais	7.513	11.265	1.022	17.371
Total - Circulante	7.983	11.605	5.335	17.595

Os recursos de aceites e emissão de títulos são compostos, em sua totalidade, por Letras de Crédito Imobiliário (LCI) emitidas pelo próprio Banco, com taxa de remuneração média de 99% do CDI.

**13 Outras obrigações**

O saldo do grupamento "Outras obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos	495	-	420	-
Sociais e estatutárias	-	-	4.250	-
Fiscais e previdenciárias (i)	1.674	508	8.915	297
Cheque administrativo	17	-	16	-
Provisão para pagamentos a efetuar	5.161	-	5.180	-
Provisão para passivos contingentes (ii)	-	24.823	8	18.890
Credores diversos - País (iii)	3.073	-	2.869	3.388
Total	10.420	25.331	21.658	22.575

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 01/01/2016	875	811	1.686	1.905	3.291	5.196
Adições	127	165	165	410	3.777	4.187
Baixas	(380)	(112)	(380)	(30)	(730)	(760)
Saldo em 31/12/2016	622	864	1.471	2.285	6.338	8.623

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 01/01/2015	717	760	1.479	1.447	3.750	5.197
Adições	719	141	858	1.393	1.068	2.461
Baixas	(561)	(90)	(651)	(935)	(1.527)	(2.462)
Saldo em 31/12/2015	875	811	1.686	1.905	3.291	5.196

**(2) Provisões fiscais e previdenciárias**

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para imposto de renda (c)	-	1.110	-	1.012
Provisão para contribuição social (a)	-	1.347	-	1.232
Provisão para PIS (a)	-	11.138	-	9.128
Provisão para INSS (b)	-	2.605	-	2.322
Total	-	16.200	-	13.694

(a) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, 31

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais			
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	INSS	Total
Em 01/01/2016	9	402	9.044	9.547	1.012	1.232	9.128	13.694
Adições	24	2.020	2.053	4.097	115	2.010	283	2.506
Saldo em 31/12/2016	110	426	11.064	11.600	1.110	1.347	11.138	16.200
Em 01/01/2015	93	363	7.376	7.832	157	80	7.447	7.684
Adições	8	39	1.668	1.715	855	1.152	1.681	3.322
Saldo em 31/12/2015	101	402	9.044	9.547	1.012	1.232	9.128	13.694

**(iii) Credores diversos País**

A composição da rubrica "Credores diversos - País" pode ser resumida da seguinte forma:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	67	-	185	3.388
Contribuições para o FGC	209	-	210	-
Contratos de operações de crédito a liberar	721	-	753	-
Créditos a baixar de operações de crédito	763	-	748	-
Fornecedores diversos	378	-	542	-
Conta gráfica - Alienação - Acções Emblema	610	-	10	-
Créditos a devolver de descontos consignados	1	-	25	-
Créditos antecipados carteira recebíveis cred. Imob.	186	-	92	-
Crédito de cartões de crédito a repassar	92	-	-	-
Outros credores diversos	46	-	396	-
Total	3.073	-	2.869	3.388

**14 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**  
O capital social é de R\$127.036 (R\$122.786 em 2015), representado por 75.896 mil ações ordinárias nominativas e 75.896 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 29 de janeiro de 2016, através de deliberação de Assembléia Geral de Acionistas, foi aprovado um aumento do capital social de R\$4.250 mil, representado por 2.125 mil ações ordinárias e 2.125 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal do capital social, cujo processo foi homologado e juro sobre o capital próprio em 8 de março de 2016.

**b. Dividendos e juros sobre capital próprio**  
Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, será destinado ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

**15 Gestão de riscos e capital**

A Instituição vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, visando sustentabilidade e transparência de suas informações, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona estabilidade nos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

**a. Risco de crédito**  
O "Risco de Crédito" decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou pelas contrapartes de suas

(i) A rubrica "Fiscais e previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:  
Os saldos das provisões impostos e contribuições estão assim demonstrados:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes	312	-	6.938	-
Impostos e contribuições a recolher	1.362	-	1.977	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	508	-	297
Total	1.674	508	8.915	297

(ii) Provisões para passivos contingentes  
As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas e provisões para operações de crédito com coobrigação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para operações de crédito com coobrigação	-	-	8	-
Provisão para riscos trabalhistas (1)	-	2.285	-	1.905
Provisão para riscos cíveis (1)	-	6.338	-	3.291
Provisões fiscais e previdenciárias (2)	-	16.200	-	13.694
Total	-	24.823	8	18.890

**(I) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis**

Adicionalmente, também compõe a rubrica "Provisão para passivos contingentes" o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser resumida na forma seguinte:

Em 31 de dezembro de 2016, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhistas e cíveis, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$8.721 (R\$1.566 em 2015).

A movimentação da provisão para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstrada:

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 01/01/2016	875	811	1.686	1.905	3.291	5.196
Adições	127	165	165	410	3.777	4.187
Baixas	(380)	(112)	(380)	(30)	(730)	(760)
Saldo em 31/12/2016	622	864	1.471	2.285	6.338	8.623

de dezembro de 2016, equivale a R\$11.064 (R\$9.044 em 2015), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 9 - Outros créditos.

(b) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37 lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.

(c) Parte do posicionamento no total de R\$1.000 e R\$921, trata-se do Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência da Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). Os restantes dos valores R\$110 e R\$426 referem-se ao processo:1997.38.0001129219 - IRPJ exerc./97 ano base/96 - Majoração de alíquota.

As movimentações da provisão para as contingências fiscais estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais				Provisão para Riscos Fiscais			
	IRPJ	CSLL	PIS	Total	IRPJ	CSLL	INSS	Total
Em 01/01/2016	9	402	9.044	9.547	1.012	1.232	9.128	13.694
Adições	24	2.020	2.053	4.097	115	2.010	283	2.506
Saldo em 31/12/2016	110	426	11.064	11.600	1.110	1.347	11.138	16.200
Em 01/01/2015	93	363	7.376	7.832	157	80	7.447	7.684
Adições	8	39	1.668	1.715	855	1.152	1.681	3.322
Saldo em 31/12/2015	101	402	9.044	9.547	1.012	1.232	9.128	13.694

respectivas obrigações financeiras, nos termos pactuados à desvalorização de contratos de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos ou remunerações; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, conforme art. 2º da Resolução nº 3.721/2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição faz a gestão do risco de crédito através da implementação de políticas de crédito específicas a cada segmento em que o Banco opera, nas quais são evidenciadas alçadas de aprovação, sistemas operacionais, rotinas, limites operacionais, vedações, revisão e aprovação, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito da Instituição, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

**b. Risco de liquidez**  
O "Risco de Liquidez" é definido como "a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar operações diárias e sem incorrer em perdas significativas", bem como "a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume geralmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade em relação ao mercado", conforme art. 2º da Resolução nº 4.090/2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O gerenciamento do risco de liquidez na Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descaamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: I) O pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; II) A capacidade de financiar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos e III) A sustentabilidade da Instituição nos mais

diferentes cenários, sempre testando tal sustentabilidade em ambientes mais severos.

**c. Risco de mercado**

O "Risco de Mercado" é definido, de acordo com a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), "como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Tal definição abrange todas as posições de risco classificadas como aquelas que sofrem interferência da variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities)".

O gerenciamento de risco de mercado na Instituição consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que está sujeita, avaliando os níveis de exposição e sua conformidade com as definições internas, visando ao enquadramento e ao acompanhamento das posições em risco.

Este processo envolve várias áreas, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em posturas como: propiciem: I) A proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital do Banco e II) O atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para acionistas, clientes e contrapartes;

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco também é avaliado por cinco medidas principais: I) Value at Risk (VaR); II) Testes de Estresse (Stress Testing); III) posições; IV) sensibilidade e V) testes de aderências (Backtesting).

**d. Risco operacional**

O "Risco Operacional" é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, conforme dizes da Resolução nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O gerenciamento do risco operacional na Instituição é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram um controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva.

O gerenciamento do risco operacional no Banco esta segmentado sob dois enfoques, o qualitativo e o quantitativo.

**Qualitativa**

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos quanto à identificação, à avaliação, ao monitoramento, ao controle e à mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco.

**Quantitativa**

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as linhas contábeis específicas do COSIF. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências quanto à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

**e. Gerenciamento de capital e limites operacionais**

Na Resolução nº 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN), define-se o gerenciamento de capital como processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face a necessidades aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de recursos de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, a organização estrutural contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências. A Instituição em seu gerenciamento de capital adota uma postura de antecipar

**16 Receitas e despesas da intermediação financeira**

A composição das receitas e das despesas da intermediação financeira no semestre/ exercícios podem ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2º Sem/ 2016	31.12.2016	31.12.2015
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>104.279</b>	<b>201.136</b>	<b>170.633</b>
<b>Operações de crédito:</b>	<b>30.762</b>	<b>59.915</b>	<b>48.218</b>
Rendas de empréstimos	14.783	28.235	23.083
Capital de giro	4	40	20
Titulos descontados	70	233	484
Conta garantida	6	8	-
Cartão de crédito	15.899	31.399	24.631
Crédito pessoal	417	633	80
<b>Rendas de financiamentos</b>	<b>67.523</b>	<b>131.253</b>	<b>116.755</b>
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	67.523	131.253	

	2º Sem/2016	31.12.2016	31.12.2015
<b>Recitas (despesas) operacionais (cont.)</b>			
<b>Despesas tributárias:</b>	<b>(5.143)</b>	<b>(9.793)</b>	<b>(7.496)</b>
Tributos federais	(4.172)	(8.317)	(6.828)
PIS	(582)	(1.157)	(951)
COFINS (a)	(3.580)	(7.116)	(5.847)
IOF bancado	(10)	(44)	(30)
<b>Tributos estaduais</b>	-	(7)	(25)
<b>Tributos municipais</b>	(971)	(1.469)	(643)
ISS	(397)	(872)	(593)
Outros tributos municipais	(574)	(597)	(50)
<b>Outras despesas operacionais:</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>	<b>(19)</b>
Recuperação de encargos e despesas	456	702	319
Reversão de provisões operacionais	3.899	9.263	2.164
Prov. para opers. de cré. cedidos e/ou coobrigação	2	8	386
Provisões para passivos contingentes	266	368	1.549
Prov.devalorização outros valores e bens	1	1.356	-
Provisões para pagamentos a efetuar	3.630	7.531	-
Outras provisões	-	-	229
<b>Outras rendas operacionais</b>	<b>12.320</b>	<b>24.713</b>	<b>24.286</b>
Taxa de permanência no recebimento de créditos	8.498	17.495	17.475
Multas no recebimento de créditos em atraso	3.149	5.973	5.709
Recargas de repasse	-	-	1
Variações monetárias ativas	544	1.030	889
Rendas de acordos operacionais	30	90	197
Rendas de opers.aquisição de recebíveis	92	100	-
Outras rendas operacionais	7	25	15
<b>Outras despesas operacionais:</b>	<b>(11.580)</b>	<b>(22.214)</b>	<b>(13.066)</b>
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(1.217)	(2.920)	(1.534)
Descontos concedidos no recebimento de recebíveis	(10)	(17)	-
Provisão para contingências - Ações cíveis	(56)	(140)	(1.038)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(85)	(380)	(493)
Provisão para riscos fiscais	-	-	(3.446)
Prov.para outros créditos com característica de concessão de crédito	(1.252)	(5.433)	(700)
Provisões para pagamentos a efetuar	(3.572)	(7.125)	(3.681)
Prov. Baixa oper. recebíveis cré. imob. em proc. formalização	(4.637)	(4.637)	-
Outras provisões para perdas operacionais	-	-	(228)
Perdas com fraudes - CDC/ Cré. Consignado	-	-	(23)
Despesas com repasses	-	-	(6)
Varição monetária passiva	(499)	(952)	(929)
Dep. Atualiz-impostos e contribuições	(231)	(457)	(624)
Outras despesas operacionais	(22)	(153)	(364)
<b>Total</b>	<b>(39.357)</b>	<b>(67.000)</b>	<b>(49.170)</b>

**18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos semestre/exercícios podem ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

Discriminação	2º Sem/2016		31.12.2016		31.12.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	6.374	6.374	9.979	9.979	(10.192)	(10.192)
Participações dos empregados	(718)	(718)	(795)	(795)	(648)	(648)
Adições (exclusões) permanentes	193	175	281	281	661	686
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	(11.613)	(11.613)	(8.837)	(8.837)	33.936	33.936
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	274	274	467	467	686	686
Resultado líquido ajustado	(5.490)	(5.508)	1.095	1.095	24.443	24.468
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	-	-	(329)	(330)	(7.333)	(7.340)
Base de cálculo tributável (c)	(5.490)	(5.508)	767	766	17.110	17.128
Aliquota-base	-	-	(115)	(153)	(2.566)	(1.573)
Diferença de alíquota CSLL	-	-	-	-	-	(1.328)
Aliquota adicional	-	-	(52)	-	(1.687)	-
Incentivos fiscais	-	-	9	-	216	-
<b>Totais - Valores correntes</b>	-	-	(158)	(153)	(4.037)	(2.901)
Diferença - Prov. do exercício anterior	-	-	(64)	-	397	100
Sub-totais	972	771	(222)	(153)	(3.640)	(2.801)
<b>Ajustes - Valores correntes</b>	<b>1.743</b>	<b>(375)</b>	<b>(641)</b>	<b>(641)</b>	<b>(641)</b>	<b>(641)</b>
Base de cálculo tributável (b)	274	274	467	467	686	686
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(68)	(55)	(117)	(93)	(159)	(129)
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>(123)</b>	<b>(210)</b>	<b>(288)</b>	<b>(288)</b>	<b>(288)</b>	<b>(288)</b>
<b>Ajuste - Fiscal diferido</b>	<b>(11.613)</b>	<b>(11.613)</b>	<b>(8.837)</b>	<b>(8.837)</b>	<b>33.936</b>	<b>33.936</b>
(+/-) Ajuste à base de cálculo	(2.904)	(2.647)	(2.193)	(2.219)	(2.167)	(2.167)
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>(2.904)</b>	<b>(2.647)</b>	<b>(2.193)</b>	<b>(2.219)</b>	<b>7.942</b>	<b>13.047</b>
Base de cálculo tributável (d)	1.648	1.975	(329)	(330)	(7.333)	(7.340)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	412	395	(81)	(66)	(649)	(657)
<b>Prejuízo fiscal/base negativa</b>	<b>(2.492)</b>	<b>(2.252)</b>	<b>(2.274)</b>	<b>(2.285)</b>	<b>(6.271)</b>	<b>12.352</b>
Sub-totais	(4.744)	(4.359)	(5.144)	(5.144)	18.623	18.623
<b>Totais - Geral</b>	<b>(3.124)</b>	<b>(3.124)</b>	<b>(5.144)</b>	<b>(5.144)</b>	<b>11.894)</b>	<b>11.894)</b>

**19 Transações com partes relacionadas**  
a. Sumário das transações

	31.12.2016			
	Títulos a Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Recitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	-	2.016	(487)
Outras partes relacionadas (1)	112.017	478	13.619	(3.358)
Total	112.017	478	15.635	(3.845)
	31.12.2015			
	Títulos a Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários
Entidade com influência significativa sobre o Banco	-	-	2	(11)
Pessoal chave da administração	-	-	2.687	(379)
Outras partes relacionadas	73.087	3.457	54.449	244
Total	73.087	3.457	57.138	244

As despesas realizadas com partes relacionadas nos exercício referem-se a:

- R\$532 (R\$512 em 2015) provenientes de despesas com alugueis e condomínio do exercício.
- R\$2.922 (R\$3.662 em 2015) proveniente de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados no exercício.
- R\$3.977 (R\$8.720 em 2015) proveniente de despesas com remuneração de depósito a prazo mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no exercício.
- R\$16 proveniente de despesas administrativa gastas com pessoal administrativo.
- R\$3.621 (R\$3.391 em 2015) proveniente de receita pelos serviços de análise, verificação e avaliação de créditos e garantias prestados no exercício.
- R\$15 (R\$100 em 2015) proveniente de doação à entidade filantrópica ligada.
- R\$4 proveniente de investimento em empresa ligada.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazos têm taxa máxima de 110% do CDI e prazo máximo de vencimento em 3 de dezembro de 2021.

(1) Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$ 112.017 referem-se ao saldo em 31/12/2016 da carteira de recebíveis crédito imobiliário adquirida de empresa ligada, nota explicativa 7 e;
- Depósitos à vista representado por R\$117 de pessoa física e R\$361 por empresas ligadas;
- Depósitos a prazo compostos de R\$12.823 de pessoas físicas e R\$796 por empresas ligadas.

**b. Remuneração da Administração:**  
De acordo com a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre a Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco Semear S.A. Belo Horizonte - MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco Semear S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou

	31.12.2016	31.12.2015
Remuneração fixa	46	28
Contribuição - INSS	10	6

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

**20 Outras informações**

**Ouvridoria**

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvridoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010 (revogada pela Resolução nº 4.433 de 23 de julho de 2015), do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

**21 Eventos subsequentes**

Em 2 de março de 2017, através de deliberação de Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovado um aumento do capital social de R\$4.250 mil, representado por 2.125 mil ações ordinárias e 2.125 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal do capital social, cujo processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 07 de abril de 2017.

**Conselho de Administração**

**Ricardo Ozanan Silveira de Azevedo** - Presidente  
**Lilian Lúcia Leão de Azevedo Pessoa** - Vice-presidente  
**Márcio José Siqueira de Azevedo** - Conselheiro

**Diretoria**

**Roberto Williams Silva Azevedo** - Presidente  
**Márcio José Siqueira de Azevedo** - Diretor Vice-presidente

**Responsável técnico**

**Maria Aparecida F. de Souza Costa** - Contadora - CRC-MG: 48852/O-2

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017  
KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG  
Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-072040/O-3